

ECONOMIA SOLIDÁRIA: ANÁLISE DOS EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS NO PERÍODO DE 2010-2012 NO BRASIL

Edineide Maria de Oliveira¹⁵

Edelaine Silva Santos¹⁶

55

Resumo: Os empreendimentos econômicos solidários no Brasil introduziram as pessoas no mercado de trabalho em 1980 e continuam a fazer isso desde então, principalmente os desempregados. Por este motivo, este trabalho apresentou a economia solidária e os empreendimentos econômicos solidários analisando dados dos SIES (Sistema Nacional de Informação em Economia Solidária). Os objetivos específicos foram alcançados, pois foi exposto a origem da economia solidária no mundo e as suas principais características. Também conceituou os empreendimentos econômicos solidários e descreveu suas formas jurídicas existentes segundo o SIES sendo esses, os grupos informais, as associações, as cooperativas e as sociedades mercantis. Analisou dados do SIES sobre os empreendimentos econômicos solidários no período de 2010-2012 no Brasil, onde como resultado se verificou a diminuição dos empreendimentos econômicos solidários de 2005-2007 para 2010-2012, observou-se a predominância das associações em comparação as cooperativas e identificou-se a superioridade da região nordeste na quantidade de empreendimentos econômicos solidários perante as outras regiões. A metodologia empregada foi a pesquisa bibliográfica e também foram utilizados dados secundários com base no SIES para responder a questão de pesquisa.

Palavras-chave: Economia solidária. Empreendimentos econômicos solidários. Brasil.

Abstract: Solidary economic ventures in Brazil introduced people to the labor market in 1980 and have continued to do so ever since, especially the unemployed. For this reason, this work presented the solidarity economy and the solidarity economic enterprises analyzing data from the SIES (National Information System in Solidarity Economy). The specific objectives were achieved, as the origin of the solidarity economy in the world and its main characteristics were exposed. It also conceptualized the solidarity economic enterprises and described their existing legal forms according to SIES being these, the informal groups, the associations, the cooperatives and the commercial companies. Analyzed data from SIES on solidarity economic enterprises in the period 2010-2012 in Brazil, where as a result there was a decrease in solidarity economic enterprises from 2005-2007 to 2010-2012, there was a predominance of associations compared to cooperatives and the superiority of the northeast region was identified in the amount of solidarity-based economic enterprises vis-à-vis other regions. The methodology used was bibliographic research and secondary data were also used based on the SIES to answer the research question.

Keywords: Solidarity economy. Solidary economic enterprises. Brazil.

¹⁵ Economista, Especialista em Educação Matemática, Docência para o Ensino Superior e Direito Tributário. Mestre em Educação e Administração, Doutora em Ciências Sociais. Coordenadora e Docente do Curso de Graduação em Administração.

¹⁶ Administradora formada pelo Centro Universitário Assunção - UNIFAI

INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata dos empreendimentos econômicos solidários que é uma manifestação concreta da economia solidária, e analisa dados disponibilizados pelo SIES (Sistema Nacional de Informação em Economia Solidária) referente a um determinado período.

No Brasil, os empreendimentos econômicos solidários surgiram em 1980, mas foi em 1990 que ganhou maior destaque. Após essa época suas diversas formas de organização se espalharam em todo país incluindo os desempregados e os trabalhadores autônomos no mercado de trabalho.

56

O SIES (Sistema Nacional de Informação em Economia Solidária) elaborou um mapeamento nacional dos empreendimentos econômicos solidários originados por uma iniciativa da Secretaria Nacional de Economia Solidária com a finalidade de ser “um instrumento para identificação e registro de informações de empreendimentos econômicos solidários” (SENAES,2013 p.1) foram levantados dados em 2005 -2007 e atualizaram as pesquisas em 2010-2012.

Assim sendo, este trabalho se justifica porque apresentará os empreendimentos econômicos solidários no período de 2010-2012 no Brasil e visa mostrar um breve resumo das formas jurídicas de empreendimentos solidários.

Para tanto procurou-se elaborar uma questão de pesquisa que fosse pertinente com o objetivo deste estudo, buscando verificar: Se houve aumento ou redução dos empreendimentos econômicos solidários do período 2005-2007 para o período de 2010-2012 no Brasil?

Desta forma, o objetivo geral do trabalho é: apresentar os empreendimentos econômicos solidários e analisar os dados levantados pelo SIES (Sistema Nacional de Informação em Economia Solidária) no período de 2010 - 2012.

Os objetivos específicos são os seguintes:

- Expor o conceito e a origem da economia solidária.
- Apresentar os empreendimentos econômicos solidários.
- Mostrar o panorama dos empreendimentos econômicos solidários no período 2010-2012.

Devido as características deste estudo de acordo com Gil (2008) trata-se de uma pesquisa bibliográfica, devido as pesquisas com autores que tratam da economia solidária como Singer, Bertucci, Souza, Cunha e Dakuzaku também da SENAES (Secretaria Nacional da Economia Solidária). Também será analisado dados secundários retirado do SIES (Sistema Nacional de Informação em Economia Solidária) necessário para fundamentar a pesquisa e responder a problemática verificando assim, se houve ou não crescimento dos empreendimentos econômicos solidários.

ECONOMIA SOLIDARIA

57

A economia solidária surge depois do Capitalismo Industrial¹⁷, no século XVIII foi a partir dessa fase que se originou a economia solidária, devido ao início da revolução industrial que ocorreu no mesmo período e as suas consequências que afetaram principalmente as pessoas que viviam nos campos e precisavam sobreviver de alguma forma como enaltece o autor Paul Singer: “A economia solidária nasceu pouco tempo depois do capitalismo industrial, como reação ao espantoso empobrecimento dos artesãos provocado pela difusão das máquinas e da organização fabril da produção.” (SINGER, 2002, p.24).

Ela emergiu com o movimento cooperativista conforme Culti, Koyama e Trindade (2010 p.15) afirmam “essa nova forma de economia que se desenvolve no século XXI tem o cooperativismo operário como principal antecedente” Singer (2002.p. 35) complementa apontando que “seria justo chamar esta fase da história inicial de ‘cooperativismo revolucionário’, o qual se repetiu de forma nítida.” Isso significa dizer que a ideia de que os trabalhadores pudessem se organizar, administrar empresas, por conta própria, já estava sendo colocada em prática e enfrentava o sistema capitalista de produção.

O SIES (Sistema Nacional de Informação em Economia Solidária) criou o conceito síntese mostrando que a economia solidária vai de encontro com o conceito de Economia Política que visa organizar a sociedade, conforme segue: “Conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo, poupança e crédito – organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma coletiva e autogestionária” (BERTUCCI, 2010, p. 14).

Observa-se que o conceito da economia solidária é semelhante das divisões econômicas em que existem a produção, distribuição e consumo. Porém a finalidade é produzir e distribuir solidariamente de forma coletiva para os trabalhadores e trabalhadoras. Bertucci (2010) evidencia também os seus princípios e valores que se fundamentam a economia solidária pois são ações desenvolvidas com propósitos econômicos (geração de renda), por trabalhadores e esses trabalhos são executados e baseados na coletividade, solidariedade e autogestão. Portanto o conceito do SIES é o escolhido para a compreensão desse trabalho.

CARACTERÍSTICAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA

A economia solidária possui quatro importantes aspectos que sobressaem nos empreendimentos econômicos solidários, como afirmam Cruz e Santos (s/d, pg.4) “Nesse conjunto de atividades e formas

¹⁷O **Capitalismo Industrial ou Industrialismo** corresponde a segunda fase do capitalismo que surge com a Revolução Industrial no século XVIII e se consolida com a Segunda Revolução Industrial em meados do século XIX e início do XX. (TODA MATERIA, 2016, p. 1)

de organização destacam-se quatro importantes características: cooperação, autogestão, viabilidade econômica e solidariedade.”. Sendo assim são assumidas estas características:

QUADRO 1- características da economia solidária

Características da Economia Solidária	
Cooperação	Existência de interesses e objetivos comuns, a união dos esforços e capacidades, a propriedade coletiva de bens, a partilha dos resultados e a responsabilidade solidária diante das dificuldades. [..]
Autogestão	Os/as participantes das organizações exercitam as práticas participativas de autogestão dos processos de trabalho, das definições estratégicas e cotidianas dos empreendimentos, da direção e coordenação das ações nos seus diversos graus e interesses. etc.[..]
Dimensão Econômica	É uma das bases de motivação da agregação de esforços e recursos pessoais e de outras organizações para produção, beneficiamento, crédito, comercialização e consumo. Envolve o conjunto de elementos de viabilidade econômica, permeados por critérios de eficácia e efetividade, ao lado dos aspectos culturais, ambientais e sociais.
Solidariedade	O caráter de solidariedade nos empreendimentos é expresso em diferentes dimensões: na justa distribuição dos resultados alcançados; nas melhorias das condições de vida dos participantes; nas relações que se estabelecem como meio ambiente, expressando o compromisso com o meio ambiente saudável; nas relações que se estabelecem com a comunidade local ;na participação ativa nos processos de desenvolvimento sustentável de base territorial ,regional e nacional; nas relações com os outros movimentos sociais e populares e caráter emancipatório; na preocupação com o bem estar dos trabalhadores e consumidores; e no respeito aos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras

Fonte: elaborado pela autora adaptado de SENAES/MTE 2005/2007 p.34-35.

O quadro anterior ilustra as quatro características descrevendo as suas devidas contribuições e explicando o motivo delas se destacarem na economia solidária. Na primeira característica verifica-se a importância da cooperação, em que é necessário a contribuição e união de cada indivíduo para conseguir atingir o objetivo que é coletivo. Em seguida apresenta-se a autogestão, apesar da economia solidária ter um caráter social é preciso ter uma organização com estratégias definidas, pois administração de qualquer empreendimento é preciso para se atingir a evolução. Na terceira característica que é a dimensão econômica deverá ser alvo da economia solidária, porque é o ambiente onde se dará as trocas, ou seja, o comércio. Nesta característica é demonstrado o ambiente microeconômico e macroeconômico.

Individualmente as características não operam com êxito no contexto em que está inserida a economia solidária, porém essas características contribuem para o crescimento e desenvolvimento das atividades almejada deste empreendedorismo. A última característica mostra que a solidariedade e a partilha são o cerne da economia solidária, nela é contida as ações sociais, de ajuda à população e projetos que auxiliam a economia local, gerando empregos e promovendo um comércio justo, relacionando-se

com a terceira característica e ainda auxiliando em projetos sociais que visam suprir as necessidades de famílias carentes.

As características não são isoladas, elas precisam trabalhar em conjunto para conseguir os objetivos da economia solidária que é fomentar a comercialização solidária favorecendo o desenvolvimento e a maior visibilidade dos empreendimentos econômicos solidários.

EMPREENDIMENTOS ECONÔMICOS SOLIDÁRIOS

59

Os empreendimentos que constituem a economia solidária possuem variadas formas de se manifestar e estes são os seus conceitos na visão de alguns autores Gaiger (et. al. 2009) entende-se que o empreendimento econômico solidário abrange muitas formas de organização econômica, geradas a partir da iniciativas de trabalhadores que têm interesses em comum, baseadas na cooperação para ajudar no seu funcionamento eficiente. Sob o mesmo ponto de vista Sousa e Silva assimilam que: “Os empreendimentos econômicos solidários são organizações de empreendedores populares, como os pequenos empresários e os autônomos, na formalidade ou não que procuram alternativas econômicas a partir de sua própria iniciativa”. (VILAR,2013 apud SOUSA e SILVA, s/d, p.6)

Ainda segundo o autor os empreendimentos econômicos solidários “são organizações coletivas organizadas sob a forma de autogestão que realizam atividades de produção de bens e de serviços, crédito e finanças solidárias, comércio e consumo solidários” (CULTI, KOYAMA E TRINDADE, 2010, p.27). O SIES especifica que para ser considerado um empreendimento econômico solidário existem algumas características necessárias que as organizações devem possuir:

- coletivas - serão consideradas as organizações supra familiares, singulares e complexas, tais como: associações, cooperativas, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de trocas, redes etc.;
- cujos participantes ou sócios (as) são trabalhadores(as) dos meios urbano e rural que exercem coletivamente a gestão das atividades, assim como a alocação dos resultados;
- permanentes, incluindo os empreendimentos que estão em funcionamento e aqueles que estão em processo de implantação, com o grupo de participantes constituído e as atividades econômicas definidas;
- que disponham ou não de registro legal, prevalecendo a existência real e
- que realizam atividades econômicas de produção de bens, de prestação de serviços, de fundos de crédito (cooperativas de crédito e os fundos rotativos populares), de comercialização (compra, venda e troca de insumos, produtos e serviços) e de consumo solidário (SENAES,2013, p.1).

Assim sendo, diante dos conceitos expostos não há grandes divergências de ideias, sobre o que o define, o que pode ser considerado um empreendimento econômico solidário, pois todos concordam que há uma iniciativa por parte dos trabalhadores (coletivo) o que se subteme a existência da cooperação e a autogestão como um meio para realizar atividades econômicas de várias modalidades (produção de bens e serviços, créditos, finanças, comercialização e consumo solidário) se enquadrando ou não na legalidade. Escolhendo os empreendimentos econômicos solidários como uma opção para gerar renda.

O SIES considera “entre as formas de organização dos Empreendimentos Econômicos Solidários, estão os grupos informais, as associações, as cooperativas e as sociedades mercantis”. (GARCIA, 2015, p.7). Os grupos informais realizam atividades econômicas (de produção de bens e serviços, distribuição etc.), porém não possuem sua formalização perante a lei (GARCIA,2015). Isto é, os grupos informais não detêm personalidade jurídica, Ogando (s/d) explica que:

Com relação aos grupos informais de economia solidária, exemplos comuns são grupos de alimentos e artesanatos, que possuem todos aqueles princípios de autogestão, cooperação, divisão dos resultados e princípios fundantes já abordados. O que não é, mas por vezes pode ser confundido são grupos informais que possuem alguém que é o chefe e outros que vendem, ou famílias, por exemplo, o que é muito comum. (OGANDO, s/d, p.13)

O autor identifica as formas mais populares de grupos informais (artesanatos e alimentos) da economia solidária. Aliás, aborda um fato que costuma acontecer, que é misturar os conceitos de grupos informais. Quando se trata de empreendimentos econômicos solidários a autogestão é um dos quatro princípios que se destacam, logo não é possível existir num grupo informal de economia solidária um chefe ou patrão considerando o fato de não ter a distinção entre chefe e empregado no ambiente solidário. É relevante lembrar que os vendedores ambulantes não estão inclusos no grupo informal dos empreendimentos solidários já que não seguem os princípios da economia solidária.

As associações são definidas pela Lei nº 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro) no capítulo II art. 53 “Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos” (BRASIL,2017a). Tem como base de funcionamento um estatuto social, o art.54 do Código Civil Brasileiro expõe as cláusulas obrigatórias para a composição de um estatuto:

Art. 54 – Sob pena de nulidade, o estatuto das associações conterá:
 I - a denominação, os fins e a sede da associação;
 II - os requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados;
 III - os direitos e deveres dos associados;
 IV - as fontes de recursos para sua manutenção;
 V – o modo de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos;
 VI - as condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução;
 VII – a forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas (BRASIL,2017a).

Entende-se que no estatuto está exposta a forma que uma associação será dirigida, desde direitos e deveres dos associados até a escolha dos responsáveis por sua administração. É necessário a realização de uma assembleia geral entre o associados para definição do conteúdo e a sua aprovação.

As Cooperativas podem ser descritas com uma: “Uma sociedade de pessoas, constituída em bases democráticas, com características empresarias, tendo uma legislação e finalidade específicas para soluções dos problemas econômicos e sócias a todos os membros associados, com extensão à comunidade.” (PEREIRA,1995 p.36).

De uma maneira elementar o autor define a cooperativas, pois elas são constituídas de pessoas com direitos e deveres iguais, sem privilégios. Praticando atividades econômicas de produção e prestação de serviços para melhorar a situação financeira e por consequência impacta no local onde se instala gerando renda e emprego.

No Brasil as cooperativas são orientadas e amparadas pela Lei N° 5.764, DE 16 de Dezembro de1971. (Código Civil Brasileiro) também chamada de “Lei do Cooperativismo”, em seu artigo 4° elas são definidas como:

Art. 4° As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades pelas seguintes características (BRASIL,2017b).

As cooperativas são constituídas por 20 pessoas físicas no mínimo, não tendo um número máximo de associados, todos os associados tem direito a um voto, exercem atividades econômicas sem o propósito de obter lucro. Tem como objetivo a inserção dos produtos e serviços de seus cooperados, sem intermediários em sua comercialização. “Desse modo, a cooperativa pode ser entendida como uma “empresa” que presta serviços aos seus cooperados” (CARDOSO, CARNEIRO E RODRIGUES, 2010, p.11).

As sociedades mercantis¹⁸ podem ser descritas como “sociedades de capital, com número ilimitado de acionistas, sendo que cada ação representa um voto, regidas pela lei n° 6.404, de 1976 e pelo Capítulo VI do Código Civil.” (GARCIA,2009, p.7). O capítulo VI do código civil diz respeito às obrigações solidárias, solidariedade passiva entre outros. A lei n° 6.404 de 1976 refere-se as sociedades anônimas.

Não existe uma unanimidade quando o assunto é a inclusão de sociedades empresarias como uma forma jurídica dos empreendimentos econômicos solidários, em razão de seus objetivos serem diferentes enquanto um visa apenas o lucro e o outro tem o direcionamento na união de trabalhadores para inserção no mercado. Essa situação é exposta por Santos (2011):

¹⁸Existem vários tipos de sociedades mercantis - sociedade em nome coletivo, de capital e indústria em comandita simples, por ações, em conta de participação, anônimas e limitadas.

Não é incomum empreendimentos de economia solidária se organizarem sob forma de sociedades limitadas, onde “a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.” (art. 1052, CC).(CÓDIGO CIVIL *apud* SANTOS,2011, p. 1)

Então a autora esclareceu que mesmo sendo uma sociedade limitada, há a possibilidade de trabalhar com solidariedade, desse modo é praticável sim os princípios da economia solidária em uma sociedade limitada, até porque nenhuma lei proíbe que isso aconteça.

BASE DE DADOS DO SIES

Para fundamentar a pesquisa será apresentada nesta seção uma base completa com informações coletadas pelo SIES dos empreendimentos econômicos solidários por meio de um questionário respondido pelos empreendedores em todo Brasil, composto por 171 perguntas ordenadas e divididas em 8 seções.

O SIES surgiu em 2004 por uma iniciativa da SENAES em colaboração com Fórum Brasileiro de Economia Solidária – FBES, como uma ferramenta para verificar e registrar todos os elementos da economia solidária, ou seja, gerar um banco de dados com informações sobre os empreendimentos econômicos solidários, entidades de apoio e fomento e políticas públicas de economia solidária (SENAES,2013).Essas informações são importantes para dar maior visibilidade e articulação da economia solidária.

O primeiro mapeamento nacional ocorreu em 2005 e foi finalizado em 2007, no entanto durante o período entre 2010 a 2012, houve uma atualização e verificação dos dados levantados pelo primeiro mapeamento. No período de 2005-2007 foram mapeados 21.859 empreendimentos econômicos solidários em todo Brasil como é demonstrado na tabela1 a seguir:

TABELA 1-FORMAS DE ORGANIZAÇÃO 2005-2007

Forma de organização	Quant	%
Grupo informal	7.978	36,5
Associação	11.326	51,8
Cooperativa	2.115	9,7
Sociedade mercantil	54	0,2
Total	21.859	100

Fonte: elaborado pela autora (2017) adaptado KRUPPA, GONCALVES E MACDONALD 2012

Na tabela do período de 2005-2007 fica evidente a predominância das associações (51,8) como a forma jurídica mais utilizada. Na segunda colocação estão os grupos informais (36,5), as cooperativas(9,7) em terceiro, as sociedades mercantis (0,2) em quarta e última posição.

FIGURA 4 -FORMAS DE ORGANIZAÇÃO 2010-2012

Forma de Organização	Quant.	%
Grupo Informal	6.018	30,5
Associação	11.823	60,0
Cooperativa	1.740	8,8
Sociedade mercantil	127	0,6
Total	19.708	100

Fonte: SENAES, 2013, p.2

Entre 2010-2012 houve uma diminuição na quantidade de empreendimentos econômicos solidários de 21.859 para 19.708. Os grupos informais (30,5%) tiveram uma pequena redução. As associações além de continuarem em evidencia ainda se sobressaíram durante esse intervalo de tempo com 60 %. Desse modo entende-se que quase 70% possuem personalidade jurídica, pois as associações, cooperativas e sociedades mercantis são as formas reconhecidas pela lei quando se trata da economia solidária.

No segundo mapeamento elaborado pelo SIES, também foram apurados os dados coletados anteriormente dos empreendimentos solidários. Com base nessa atualização foi criada a figura 5, abaixo:

FIGURA 5-Base de 2005-2007

	Quantidade	Percentual sobre (a)	Percentual sobre (f)
a-) Total Base	21.859	100	
b-) EES não localizados	2.382	11	15
c-) EES que deixaram de existir	3.374	15	22
d-) EES que deixou de atender aos critérios do SIES	1.925	9	12
e-) EES incluídos na Base 2010-2012	7.839	36	51
f-) Sub-Total	15.520	71	100
g-) EES sem informações	6.339	29	

Fonte: SENAES, 2013, p.2

Nela estão descritos as razões pela redução dos empreendimentos econômicos solidários de 2005-2007 a 2010-2012. Como já foi citado, o total de empreendimentos econômicos solidários no primeiro mapeamento era de 21.859, com as revistas realizadas (em 2010-2012) 11% por alguma razão não foram

encontrados,15% não permaneceram no mercado e fecharam,9% não foram mais considerados empreendimentos econômicos solidários pois provavelmente não seguiram os princípios necessários que são: organização coletivas, permanentes, podem ou não dispor ou não de registro legal, realizam atividades econômicas de produção, comercialização, finanças e consumo solidário. Também foi integrada a base atualizada de dados 7.839 novos empreendimentos solidários, como demonstra a figura 5.

FIGURA 6-DISTRIBUIÇÃO REGIONAL

Região	Quant.	%
Norte	3.127	15,9
Nordeste	8.040	40,8
Sudeste	3.228	16,4
Sul	3.292	16,7
Centro Oeste	2.021	10,3
Brasil	19.708	100

Fonte: SENAES,2013, p.3

A pesquisa revelou que o Nordeste é a região em se instalou mais empreendimentos econômicos solidários com praticamente 41% do total. As regiões norte, sudeste e sul (16%,16, % e 17%) possuem números similares. E por fim centro-oeste é o local com a menor proporção (10%).

FIGURA 7-DISTRIBUIÇÃO REGIONAL POR TIPO DE ORGANIZAÇÃO

Forma de Org/ Região	Norte	%	Nor- deste	%	Sudeste	%	Sul	%	Centro Oeste	%	Brasil	%
Grupo Informal	802	25,6	1.675	20,8	1.567	48,5	1.450	44,0	524	25,9	6.018	30,5
Associação	2.044	65,4	5.969	74,2	1.309	40,6	1.194	36,3	1.307	64,7	11.823	60,0
Cooperativa	273	8,7	368	4,6	318	9,9	606	18,4	175	8,7	1.740	8,8
Soc. Mercantil	8	0,3	28	0,3	34	1,1	42	1,3	15	0,7	127	0,6
Total	3.127	100	8.040	100	3.228	100	3.292	100	2.021	100	19.708	100

Fonte: SENAES, 2013, p. 3

A figura mostra de maneira detalhada a distribuição dos empreendimentos econômicos solidários nas cinco regiões do Brasil. Percebe-se como é bem diversificada as formas de organização utilizadas conforme a região.

Identifica-se que os grupos informais possuem grande percentual nas regiões sudeste (48%) e sul (44%) ultrapassando até o número mais elevada da distribuição regional que é de 41%. As regiões norte e centro-oeste detêm praticamente os mesmos 26%. O nordeste dispõe do menor valor de apenas 21%.

As associações possuem números superiores em contraste com as outros tipos de organização. O nordeste (74%) é a região com maior proporção, em seguida o norte e centro-oeste ambos correspondem a 65%, sudeste 41% e sul 36% apresentam porcentagens aproximadas.

As cooperativas possuem parcela maior na região sul (18%), a tabela 5 aponta que o sudeste (10%) alcança apenas metade da primeira região mencionada. Posteriormente as regiões norte e centro-oeste equivalem a 9% e por último o nordeste constitui 5% das cooperativas solidárias.

A quantidade de empreendimentos registrados como sociedade mercantil é muito baixa em comparação as outras formas de organização, os números não alcançam ao menos 2% por região visto que norte e nordeste possuem 0,3 %, em seguida centro oeste com 0,7 %, sudeste (1,1%) e sul (1,3%) tem a diferença apenas de 0,2 %.

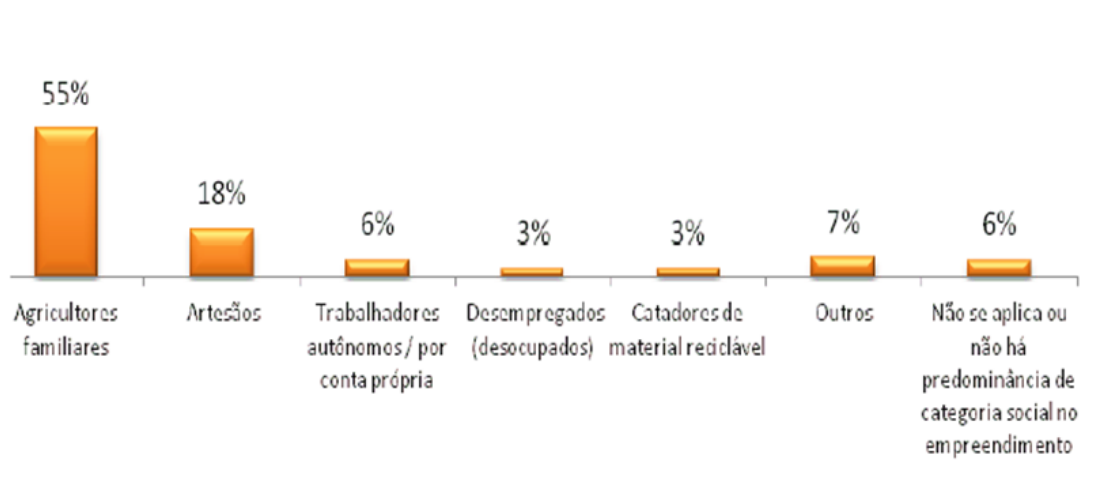
FIGURA 8- CARACTERÍSTICAS GERAIS DAS/OS SÓCIOS

Sexo	Quantidade	%
Mulheres	620.258	43,6
Homens	803.373	56,4
Total	1.423.631	100,0

Fonte: SENAES,2013, p.3

Existem 1.423.631 empreendimentos econômicos solidários no Brasil, com a tabela conclui-se que dentro dos empreendimentos econômicos solidários o sexo predominante é o masculino com 56,4% totalizando 803.373 homens, já as mulheres são 620.258 completando os outros 43,6 do montante de trabalhadores/sócios dos empreendimentos econômicos solidários.

FIGURA 9-CATEGORIA SOCIAL DOS SÓCIOS



Fonte:SENAES,2013, p.4

Em análise, observa-se que a maioria dos sócios dos empreendimentos econômicos solidários são agricultores familiares (55%), os artesãos (18%). Os trabalhadores autônomos são apenas 6%, os desempregados e os catadores de material reciclável ambos com o mesmo percentual 3%.

FIGURA 10 -ATIVIDADES ECONÔMICAS

Atividade Econômica	Quantidade	%
Troca de produtos ou serviços	430	2,2
Produção ou produção e comercialização	11.081	56,2
Comercialização ou organização da comercialização	2.628	13,3
Prestação do serviço ou trabalho a terceiros	1.296	6,6
Poupança, crédito ou finanças solidárias	328	1,7
Consumo, uso coletivo de bens e serviços pelos sócios	3.945	20
Total	19.708	100

Fonte: SENAES,2013, p.4

Os empreendimentos econômicos desempenham basicamente seis tipos de atividades econômicas a troca, produção, comercialização, prestação de serviços, poupança, crédito ou finanças e consumo solidário. Atividade que possui maior proporção é a de produção com 56,2%, em contra partida quando é assunto é poupança, crédito ou finanças solidária o número é considerado muito baixo.

CONCLUSÃO

Os empreendimentos econômicos solidários no Brasil ajudam o país a inserir os indivíduos que não estão no mercado de trabalho, por diversas razões, destacando a taxa de desemprego que no ano de 2017 chega próximo de 13,2%, conforme os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE (BRASIL ECONÔMICO ,2017, p.1), isso equivale a 14 milhões da população brasileira. Essa situação mostra que o objetivo geral deste estudo foi apresentar e analisar os empreendimentos econômicos solidários.

Foi exposto o conceito da economia, suas origens, relatando seu início no mundo por meio das cooperativas na revolução industrial. Além disso, apresentou-se os empreendimentos econômicos solidários definindo e esclarecendo as formas jurídicas dos empreendimentos que são os grupos informais, as associações, as cooperativas e as sociedades mercantis, ficou visível a insuficiência legal para atender os empreendedores solidários, pois praticamente só existem oficialmente duas formas jurídicas (associações e cooperativas) que se enquadram no movimento da economia solidária.

E por fim, exibido o panorama dos empreendimentos econômicos solidários no período de 2010-2012 no Brasil, na qual foram analisadas informações da base de dados feitas pelo SIES sobre os empreendimentos econômicos solidários do período de 2010-2012, com isso foi respondida a questão de pesquisa, pois houve uma diminuição dos empreendimentos econômicos solidários de 2005-2007 para

2010-2012.No primeiro período, o número era de 21.859 e no segundo foi de 19.708. Ainda constatou-se que o número de associações foram maiores do que as cooperativas no país. Também evidenciou o domínio dos empreendimentos econômicos solidários na região nordeste perante as demais regiões do Brasil, uma possível explicação para essa porcentagem elevada é a pobreza extrema que assola essa região.

As dificuldades para realização desse trabalho foram encontrar maiores descrições sobre as atividades econômicas dos empreendimentos econômicos solidários e artigos que discorressem com mais detalhes sobre a inclusão das sociedades mercantis na economia solidária.

Este trabalho agrega valor para o Centro Universitário Assunção -UNIFAI, pois não existem muitos trabalhos de conclusão de curso que abordam sobre os empreendimentos econômicos solidários. Para as cooperativas e associações realçam a sua importância na economia do Brasil.

Para futuras pesquisas indica-se elucidar a respeito das atividades econômicas que são troca, produção, comercialização, prestação de serviços, poupança, crédito ou finanças e consumo solidário e discursar sobre os grupos informais e as sociedades mercantis.

REFERÊNCIAS

BERTUCCI, Ademar, Et al. Economia Solidaria. **Outra economia a serviço da vida acontece.**2010.Disponível<http://base.socioeco.org/docs/cartilha_fb.es.pdf>Acesso em: 13 mar. 2017.

BRASIL, **Lei nº10.046**, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil Brasileiro). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm> Acesso em: 18 abr. 2017a.

BRASIL, **Lei nº5.764**, de 16 de dezembro de 1971 (Código Civil Brasileiro). Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5764.htm> Acesso em: 18 abr. 2017b.

BRASIL ECONÔMICO. **Desemprego atinge 13,5 milhões de brasileiros; maior taxa desde 2012.**2017.Disponível:<<http://economia.ig.com.br/2017-03-31/desemprego-dados-ibge.html>>.Acesso em:14 abril. 2017.

CARDOSO, Univaldo Coelho; CARNEIRO, Vânia Lúcia Nogueira; RODRIGUES Édna Rabêlo Quirino.**Cooperativa: Série empreendimentos coletivos.** Brasília: Sebrae,2014.Disponível:<[http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/65f0176ca446f4668643bc4e4c5d6add/\\$File/5193.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/65f0176ca446f4668643bc4e4c5d6add/$File/5193.pdf)>Acesso em: 15 abr. 2017.

CULTI, Maria Nezilda; KOYAMA, Mitti A.H; TRINDADE, Marcelo. **Economia Solidária no Brasil:Tipologia dos empreendimentos econômicos solidários**, São Paulo: Todos os Bichos, 2010.Disponível<http://www.unitrabalho.org.br/IMG/pdf/Economia_Solidaria_no_Brasil.pdf>Acesso em : 28 jan. 2017.

CRUZ, Zuleica Gomes; SANTOS, Luiz Miguel Luzio dos. **Economia Solidária: Potencialidades e Desafios dos Empreendimentos Solidários em Londrina.** [s/d] Disponível

em<http://www.unitrabalho.uem.br/administracao/bd_artigos/arquivos/010614151106.pdf>. Acesso em: 21 jul.2016.

GAIGER, Luiz Inacio. [et.al.]. **Dicionário internacional da outra economia**.Portugal:Almedina,2009.Disponível<<http://www.jornaldomauss.org/periodico/wp-content/uploads/2009/06/dicionario-internacional-da-outra-economia.pdf> .Acesso em :15 abr. 2017.

GASTALDI, J. Petrelli. **Elementos de economia política**, 19ª. Ed. São Paulo: Saraiva, 2006.

GARCIA, Marcílio Ronaldo. **A economia solidária e a efetivação do direito ao trabalho associado**.In: I CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL:DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS.2015, Londrina, *Anais*. Londrina.PR,[s/d].Disponível<http://www.uel.br/pos/mestradoservicosocial/congresso/anais/Trabalhos/eixo1/oral/1_a_economia_solidaria.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2016.

GIL, Antônio Carlos, **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

KRUPPA, Sonia Maria Portella. GONÇALVES, Alicia Ferreira. MACDONALD, José Brendan. (Et alli). **Regime Jurídico das Cooperativas Populares e Empreendimentos em Economia Solidária**. Série Pensando o Direito, vol. 46. Brasília: Ministério da Justiça, 2012.Disponível em: <<http://pensando.mj.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/Volume-46cc3.pdf>>Acesso em: 26 mar. 2017.

OGANDO, Cláudio. **As fronteiras da economia solidária:Uma análise a partir do mapeamento nacional**.*[s/d]*.

Disponível<<http://sies.ecosol.org.br/images/resultado/artigocho.pdf>>Acesso em:16 abri. 2017.

PEREIRA, Anísio Cândido. **Contribuição à análise e estruturação das demonstrações financeiras das sociedades cooperativas brasileiras: Ensaio de abordagem social**. Belo Horizonte, v 6, n 1, p. 33-41. dez ,1995 Disponível em: <<http://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/60>> Acesso em: 15 mar. 2017

SANTOS, Aline Sueli de Salles. **Economia solidária: formas jurídicas e licitações públicas**.2011. Disponível <<http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/economia-solid%C3%A1ria-formas-jur%C3%ADdicas-e-licita%C3%A7%C3%B5es-p%C3%ABlicas>> Acesso em :10 abri. 2017.

SCHUMPETER, Joseph. **O Fenômeno Fundamental do Desenvolvimento Econômico"**. In **A Teoria do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Nova Cultural, 1985

SENAES. **Boletim Informativo** – Edição Especial, Base de Dados do SIES, Brasília, 2013.Disponível<http://base.socioeco.org/docs/acontece_senaes_2013_n34_ed_especial.pdf>Acesso em: 13 mar. 2017.

SENAES/MTE.**Economia Solidária Mapeamento São Paulo 2005-2007**.São Paulo: Todos os Bichos,2005/2007.

_____. **Política nacional de economia solidária.** Fomento às redes de cooperação solidária, empreendimentos econômicos solidários organizados em cadeias produtivas e arranjos econômicos territoriais e setoriais de produção, comercialização e consumo sustentáveis e solidários. – Brasília, 2013

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária.** São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.

SOUSA, Ingrid Lorraine Miranda de Sousa; SILVA, Prof.^aDra. Delaine Sampaio. **Empreendimentos Econômicos Solidários: Uma forma alternativa de geração de emprego e renda.** [s/d].

Disponível <<http://www.coreconpr.org.br/wp-content/uploads/2015/10/c5.pdf>> Acesso em: 10 abril 2017

SOUZA, André Ricardo de; CUNHA, Gabriela Cavalcanti; DAKUZAKU, Regina Yoneko. (Orgs). **Uma Outra Economia é Possível. Paul Singer e a Economia Solidária.** São Paulo: Contexto, 2003

TODA MATERIA. **Capitalismo industrial.** 2016. Disponível em <<http://www.todamateria.com.br/capitalismo-industrial/>>. Acesso em: 17 jun. 2016.

UNIFAI – CENTRO Universitário Assunção. **Manual de trabalho acadêmico.** Atualizado. 2016. São Paulo: 2017. Disponível em <http://www3.unifai.edu.br/manual-de-trabalho-acad%C3%A0mico-2017> Acesso em: 15 mai. 2017.

TEIXEIRA, Luiza Reis. **A ideologia política na economia solidária: Uma análise de empreendimentos solidários em Salvador.** 2006. 233f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2006. Disponível em: <<http://www.repositorio.ufba.br:8080/ri/handle/ri/8877>> Acesso em: 25 abr. 2017.

VIEIRA, Arlete Candido Monteiro. **Desafios a formalização legal de empreendimentos solidários.** [s/d]. Disponível em: <<http://www.conpes.ufscar.br/wp-content/uploads/trabalhos/gt8/sessao-5/vieira-arlete-candido-monteiro.pdf>>. Acesso em: 08 ago. 2016.

VILAR, Juliane Lucena. **Características da Economia Solidária nas Práticas da Horta Orgânica na Associação AMUABAS,** no Município de Sumé –PB. Sumé: Universidade Federal de Campina Grande, 2013. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/37235500-Characteristicas-da-economia-solidaria-nas-praticas-da-horta-organica-na-associacao-amuabas-no-municipio-de-sume-pb.html>> Acesso em: 12 abril. 2017.